

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**  
***PARECER JURÍDICO Nº 130/2025***

Guarantã do Norte-MT, 24 de Setembro de 2025.

*Ementa: Administrativo. Solicitação de parecer jurídico para análise e pronunciamento, sob o aspecto jurídico formal, acerca do prosseguimento do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça pertinente a Emenda Modificativa 029 ao Projeto de Lei 035/2025 LDO, e dá outras providências.*

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.  
**Solicitante:** Redação Parlamentar.  
Diretoria Legislativa

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

**DO PARECER**

Fora encaminhado a este jurista e Procurador desta Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, **solicitação da Diretoria Legislativa, emissão de Parecer quanto ao aspecto jurídico formal, acerca da 15ª sessão Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça pertinente a análise da Emenda Modificativa 029 ao PL 035/2025, juntamente com os anexos (Projeto de Emenda 029/2025 e sua mensagem justificativa)**, para análise e pronunciamento, sob o aspecto jurídico formal, acerca do mesmo para prosseguimento de processo legislativo.

Sendo está a síntese do necessário.

**DA ANALISE**

Sem delongas, após análise da gravação áudio visual da 15ª Sessão Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, tenho que:

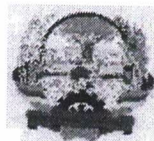
Em análise a leitura do Parecer pelo Relator, tenho que o mesmo não preenche os requisitos legais, ou seja, carece de fundamentação como também o mesmo deve ser ressaltado sobre a constitucionalidade ou não do objeto apreciado.

Tal obrigação de fundamentação, encontra-se amparo no Regimento Interno desta Casa, nos artigos 58 e 59.

“Art. 58 - Às Comissões Legislativas Permanentes, em razão de matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

*Recebido em  
24/09/25  
@*



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

II - discutir e votar projetos de lei, de decretos legislativos e de resoluções, em primeiro turno, dispensada a competência do Plenário na forma da Lei Orgânica do Município, excetuados os projetos:

- a) que receberam pareceres fundamentados contrários, por maioria simples ou, se for o caso, por maioria qualificada dos membros das Comissões Legislativas Permanentes;
- b) que receberem emendas de qualquer Comissão Legislativa Permanente;
- c) que forem projetos de emenda à Lei Orgânica do Município.

**III - discutir e exarar parecer fundamentado**, a projetos de lei, de decretos legislativos e de resoluções;

IV - exarar parecer sobre requerimentos, indicações, moções e propostas diversas, quando solicitado pela Mesa Diretora;

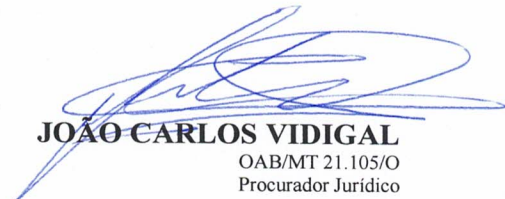
V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa Diretora a aprovação de conferências, seminários, palestras e exposições.

**Art. 59 - Os pareceres escritos, fundamentados e assinados das Comissões Legislativas Permanentes**, aos projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução, tem caráter de deliberação, em primeiro turno, nas comissões, quando receberem assinaturas favoráveis por maioria simples ou, se for o caso, por maioria absoluta dos membros das Comissões.

**Art. 61 - As Comissões Legislativas Permanentes, DEVEM EXARAR PARECER FUNDAMENTADO, sobre todos os projetos de lei, de decretos legislativos e de resoluções.**" (Grifo meu)

Por fim e pelas razões expostas, é que está Procuradoria **OPINA** pela **NULIDADE** da Sessão realizada (15ª sessão ordinária da Comissão Constituição e Justiça), com o agendamento de nova sessão com emissão de parecer fundamentado pelo Relator, estendendo-se tal obrigação a todos as demais Comissões Permanentes, quanto a emissão de parecer fundamentado.

Sob a responsabilidade do meu grau, e salvo melhor juízo, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretoria Legislativa desta Casa de Leis, para consideração e posterior providencias.

  
**JOÃO CARLOS VIDIGAL**  
OAB/MT 21.105/O  
Procurador Jurídico